

INTRODUÇÃO

A educação apresenta um leque epistemológico amplo e diversificado e engloba uma discussão que vai além do currículo, e manuais didáticos, mas que incorpora elementos de práticas e ações afirmativas que propiciam ao professor estabelecer diretrizes para se estudar uma realidade, mostrando que a Educação é polissêmica e apresenta múltiplas facetas e diversidades que carecem de estudos, debates e reflexões que mostrem a importância destas múltiplas facetas da Educação na contemporaneidade em diálogo com outras Ciências, tendo a cultura como protagonista entre as teorias curriculares e suas práticas sociais da escola.

Neste contexto a escrita deste artigo se caracteriza como produto de uma pesquisa em fase inicial sobre os povos indígenas no século XXI, que visa observar as políticas públicas voltadas a Educação e a partir destas como são agenciadas e orientadas as práticas docentes sobre a Educação Escolar indígena, a partir da experiência de Educação Escolar Indígena de uma escola pública de ensino fundamental da rede municipal da cidade de Baía da Traição – PB.

Discorrendo sobre o campo teórico, convém salientar que trabalhamos com os estudos pós-colonialistas(BHABBA,1998); em diálogo com a diversidade multicultural(MOREIRA& CANDAU,2012) destes povos, e principalmente com a interculturalidade(BERGAMASCHI apud PALADINO & CZARNY,2012) principal categoria conceitual trabalhada na pesquisa, pois esta é uma das prerrogativas da Educação Escolar Indígena em seus pressupostos teóricos e práticos, outra categoria conceitual é a identidade(HALL,2006) e a representação(CHARTIER,1992) dentre outros conceitos em articulação com os saberes da Educação, História e Antropologia.

Desta forma buscamos entender como se manifesta a Educação Escolar Indígena e de como podemos tecer representações que ajudem a ressignificar o ensino sobre os povos indígenas seja em escolas indígenas e não indígenas, valorizando as identidades destes povos e buscando o reconhecimento sobre os povos indígenas para respeitá-los e advogar pela sua isonomia social, étnica e diálogo intercultural aspecto importante para o tecido social, cultural, étnico e político.

METODOLOGIA

Esta pesquisa situada no campo da Educação em diálogo com os saberes do Serviço Social, Educação e da Antropologia é do tipo qualitativa, pois este tipo de análise nos permite perscrutar uma realidade social de forma ampla, contemplando as multiplicidades do objeto, suas dinâmicas e a atuação dos “atores sociais” envolvidos neste processo, assim podemos dar visibilidade a esta realidade social explicitada na nossa pesquisa o que auxilia na produção do conhecimento e de sua articulação com os métodos, técnicas e instrumentalização prática, por isso optamos pela pesquisa qualitativa.

Ainda discorrendo sobre o projeto a escrita desta pesquisa esta ancorada na pesquisa qualitativa do tipo etnográfica em suas múltiplas formas de variedades e estratégias, neste caso, como se trata de uma pesquisa em andamento nos debruçaremos sobre alguns aspectos darão legitimidade a nossa pesquisa na prática, e a partir daí com os resultados obtidos poderemos verificar como a nossa abordagem é repercutida na prática e como os atores sociais envolvidos no processo atuam na elaboração de visões e representações sobre a Educação Escolar Indígena.

Para isso dialogaremos com autores, do campo da pesquisa qualitativa, tais como: Bogdan & Biklen(1994) e Chizzotti(2013), dentre outros que nos dão respaldo metodológico, isto é, que nos auxiliam nas tessituras do saber-fazer na prática da nossa pesquisa.

Utilizamos fontes secundárias nas primeiras e segundas etapas da pesquisa, que são os documentos oficiais e extraoficiais fabricados pela escola, como o Projeto Pedagógico(PP), e extra oficiais como cartilhas, e materiais didáticos produzidos pelas professoras.

Empregaremos também as fontes primárias como as entrevistas, os relatos de pessoas da escola, além de fotografias, filmes e painéis tudo isto para elucidar novas formas de concepção e representação sobre os povos indígenas na educação atual de forma a balizar e viabilizar este estudo.

Assim esperamos que esta pesquisa dada a sua relevância e diante dos procedimentos teóricos e metodológicos explicitados acima contribua para que nossa pesquisa seja realizada de forma a ter coesão e diálogo entre a teoria proposta e as práticas de forma a trazer importantes contribuições no campo das diversidades em âmbito com a educação.

RESULTADOS PARCIAIS OBTIDOS/DISCUSSÃO

Diante do que fora observado nesta pesquisa na sua fase preliminar constatamos que observando estudos, pesquisas, e análises sobre a temática por nós referendada vemos que existe a necessidade de se pesquisar sobre a Educação Escolar Indígena na Paraíba, em especial no que tange a influência, reflexos e desdobramentos que são construídos na práxis social e pedagógica dos professores, uma vez que tais leis devem ser assimiladas não apenas pelo seu conteúdo, mas pelas reflexões que provoca para o currículo, como por exemplo, a questão da Interculturalidade, segundo Bergamashi apud Paladino&Czarny(2012) discorrem sobre o reconhecimento sobre os povos indígenas que deve se construir através do diálogo entre a lei e suas refrações sociais e práticas.

Esta reflexão deve integrar a escola, mas entretanto, respeitando suas particularidades e especificidades, lembrando que cada “nação poliétnica indígena” (BARTHES,1978) possui suas características que lhe são comuns, e não pode haver uma homogeneização cultural para se estudar tais nações.

Logo é importante observarmos estes meandros entre os documentos e as práticas para verificarmos como se devem construir as bases para uma Educação Escolar Indígena que leve em consideração tais aspectos adaptados à realidade indígena de uma escola pública da rede municipal de ensino fundamental de Baía da Traição-PB.

Assim neste diapasão vemos que este trabalho é de suma importância para o entendimento sobre a Educação Escolar Indígena e de suas práticas de ensino na Paraíba, propondo novas diretrizes teóricas e metodológicas que repensem sobre o papel dos povos indígenas na construção da História, Memória e Sociedade

paraibana, tendo como premissa a questão da Educação, pois a inserção sobre a discussão dos povos indígenas no cenário atual é latente, devido à lei 11645/2008, e a Nova Lei de Diretrizes Curriculares para a Educação Básica(2013), então a rediscussão acerca destes povos, torna-se uma condição fundamental no entendimento sobre estes nas suas dinâmicas atuais, e como trazê-los para o cenário educacional sem estereótipos e visões reducionistas que ao longo da História foram erigidas.

Pretendemos com esta pesquisa visibilizar a Educação Escolar Indígena, mostrando suas múltiplas facetas e representações, mas tendo o cuidado de não aferir uma visão indigenista sobre a diversidade cultural indígena(CUNHA, 2012) e respeitando sua ethos(SIKEDUM, 2003), nisto nos limitamos a não propor uma visão diferente da concepção dos documentos, mas vê-los em sua complexidade e contexto social e histórico que foram produzidos, contrastando com a realidade, para, a partir daí, elaborar novas reflexões e análises que valorizem o ser indígena e promova o dialogo com os povos indígenas, reconhecendo-os como protagonistas históricos, mas integrantes da sociedade atual.

CONCLUSÃO

Diante do que fora mostrado no texto constatamos que as políticas públicas educacionais sejam elas indígenas, isto é, produzidas em dialogo com os povos indígenas e movimentos sociais indígenas, e leis indigenistas, isto é, legislações fabricadas pelo Estado que necessariamente não tem por base o dialogo com estes povos na sua composição, carecem de estudos, debates e reflexões que repensem sobre os povos indígenas na atualidade, principalmente, no tocante a Educação Escolar indígena e de seus reflexos na prática, para verificarmos como os povos indígenas trabalham as questões étnicas no cotidiano de sala de aula, refletindo em ações e práticas voltadas a escolas não indígenas.

Desta forma esperamos que este trabalho dado a sua relevância venha contribuir na reconhecimento dos povos indígenas nas suas artes de ser, existir e ensinar(CERTEAU, 2008), e que haja uma inserção destes seres na sociedade com uma equidade social, cultural e critica. E isto se tornará possível, através do diálogo

intercultural entre os povos indígenas e não indígenas, de maneira que as experiências sejam transmitidas a escolas não indígenas, promovendo um movimento de valorização da cultura e identidade étnica.

Assim podemos concluir com base nos resultados preliminares observados e na pesquisa, como um todo, que a Educação Escolar Indígena na Paraíba apesar das legislações presente, apresenta dinâmicas próprias, mas buscam seguir os parâmetros da Educação Escolar Indígena, a saber: uma escola específica, de qualidade, e gratuita com a inserção do ensino bilíngue/multilíngue, da interculturalidade e do enfoque nas ações do cotidiano indígena, mas que existem poucos estudos na área de Educação em dialogo com outras Ciências que deem visibilidade a esta perspectiva, logo esta pesquisa é de suma importância, pois a partir dela podemos refletir sobre a lei 11645/2008 na prática e pensar em adotar novos modelos educacionais que modifiquem os parâmetros educacionais vigentes e que primem por uma Educação inclusiva, dialógica e intercultural.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Frederick. Los Grupos Étnicos e sus fronteras.. Fundo de Cultura Econômica: México, 1976.

BHABHA, Homi K. O local da cultura, Belo Horizonte: Ed:UFMG, 1998.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Interculturalidade nas Práticas Escolares Indígenas e não Indígenas. In: PALADINO, Mariana; CZARNY, Gabriela. Povos indígenas e escolarização: discussões para se repensar novas epistemes nas sociedades latino-americanas. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1996 (Coleção Ciências da Educação).

BRASIL. Lei Federal 11.645/2008, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003,

que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em: 09 jul. 2014.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano: artes de fazer. 15. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. São Paulo: Difel, 1992.

CHIZOTTI, Antônio. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. 5. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

CUNHA, Manuela Carneiro. Índios no Brasil: história, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo: Diferenças culturais e práticas pedagógicas. 10. d. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

SIKEDUM, Antônio (Org.). Alteridade e multiculturalismo. Ijuí/RS: Unijuí, 2003.